



II Fórum da Internet no Brasil

Pré IGF Brasileiro 2012



Trilha 4

Como estimular conteúdos e plataformas nacionais na rede mundial?

Relatório Completo

Olinda, 5 de julho de 2012



1. INTRODUÇÃO

A Trilha 4 – Como Estimular Conteúdos e Plataformas Nacionais na Rede Mundial do II Fórum da Internet do Brasil e Pré IGF Brasileiro 2012 foi realizada no dia 4 de julho de 2012, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE).

Foi coordenada pelo conselheiro do CGI.br, Lisandro Zambenedetti Granville. O trabalho começou com uma abertura do coordenador da trilha que expôs os procedimentos adotados, no qual a primeira hora foi reservada aos oradores representantes de cada setor, que tiveram 15 minutos para suas exposições iniciais. Após as apresentações dos oradores convidados foram abertas as inscrições para as falas dos participantes, que poderiam se manifestar durante até 5 minutos.

O objetivo da Trilha 4 foi avançar na discussão e na proposição de como apoiar e incentivar a produção de conteúdos e plataformas digitais locais, regionais e nacionais. Também foi debatido como a rede pode melhorar os processos de ensino e aprendizagem, presenciais e *on-line*. O debate visou também encontrar formas de ampliar a diversidade de conteúdos e tecnologias brasileiras na Internet. O relatório completo desta trilha, representada por este documento, apresenta todos os eventos ocorridos durante a Trilha 4, bem como os anexos referentes aos documentos criados durante o II Fórum da Internet.

Assim, o relatório divide-se em três partes:

- 1) Exposição dos Oradores
- 2) Exposição dos Participantes
- 3) Anexos



2. EXPOSIÇÕES DOS ORADORES

Na *Trilha 4 – Como Estimular Conteúdos e Plataformas Nacionais na Rede Mundial* foram convidados cinco oradores que representavam quatro diferentes setores: Setor Governamental, representado por **José Murilo do Ministério da Cultura e Miriam Chaves do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)**, Setor Empresarial, representado por **Márcio Girão, presidente da Federação Nacional de Informática (FENAINFO)**, e por **Gerson Schmitt, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES)**, Setor Acadêmico, representado por **Regina Melo Silveira (LARC-USP)** e **Guido Lemos (UFPB)** e o Terceiro Setor, que teve como orador **Nelson Pretto (UFBA)**.



Resumo da Exposição dos Oradores

O Setor Acadêmico foi o primeiro a manifestar sua opinião em relação ao tema da Trilha 4, deixando nítido seu apoio ao uso da Internet para a educação e produção cultural, ressaltando a necessidade de infraestrutura para disponibilizar o conteúdo educacional nesse novo formato. O Setor Empresarial destacou, respectivamente, a necessidade de apoio do governo, especialmente para as pequenas empresas, para fomentar o uso da Internet para a educação e a infraestrutura de acesso à Internet e propôs que seja revista as políticas de *software* livre e de flexibilização dos direitos autorais. O Setor Governamental apresentou as iniciativas em andamento no governo federal e sugeriu a criação de espaços de discussão entre governo e sociedade para a apresentação de demandas e soluções. Por último, o Terceiro Setor apontou que a principal garantia para o estímulo e fortalecimento à produção de conteúdos nacionais na rede mundial é a incidência de políticas públicas.



SETOR ACADÊMICO – APRESENTAÇÃO DE REGINA MELO SILVEIRA

A palavra foi passada a **Regina Melo Silveira, do Laboratório de Arquitetura e Redes de Computadores da Universidade de São Paulo – LARC/USP**, que procurou trazer um olhar sobre o ensino perante conteúdos no Brasil. A oradora observou que os métodos educacionais mudaram muito pouco nos últimos 100 anos. Praticamente todos os métodos educacionais são idênticos no último século e é necessária uma alteração, visto a mudança no perfil dos estudantes. ***Não há como conquistar um aluno usando as mesmas técnicas utilizadas há tantos anos. A Internet traz possibilidade de mudanças deste contexto.***

Segundo Regina, um bom exemplo é o professor da *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), Salman Khan¹. Em pouco tempo ele produziu mais de três mil vídeos. E o incentivo maior para esta produção era seu sobrinho, que afirmou ser mais divertido vê-lo em vídeos que presencialmente durante as aulas. Então para que perder tempo dando aula? O tempo da aula está focado em debates, exercícios, dúvidas e outros temas..

Atualmente os dispositivos eletrônicos estão acessíveis para a maioria das pessoas a um baixo valor, bem como a produção desses conteúdos eletrônicos é fácil e barata. ***Além disso, a maioria desses conteúdos são produções informais e nem sempre é possível manter o método educacional por meio de conteúdos informais.*** Desta forma, para conseguir utilizar amplamente mídias digitais no ensino, é necessário um planejamento e custo alto para ter qualidade. ***Com isso, o professor precisa de apoio para a produção desse material, além de estúdios, planejamento e distribuição.***

¹ Saiba mais em: <<http://www.khanacademy.org/>>.



Uma plataforma generalista não atende aos requisitos do ensino. O professor poderá precisar propor atividades, integrar conteúdos. O ***YouTube não é procurado por boa qualidade, mas por sua riqueza de conteúdos. Para o ensino é necessário criar conteúdo de qualidade para estimular o aluno e a construir seu pensamento.***

A oradora apontou que há vários desafios em relação à produção de conteúdos em plataformas nacionais:

- a) Visão holística do assunto
- b) Necessidade de professores e alunos
- c) Infraestrutura de produção, armazenamento e distribuição

A USP teve uma proposta de colocar um kit de transmissão ao vivo em quarenta auditórios da universidade, um projeto chamado IPVUSP. Esses auditórios podem transmitir conteúdos de debates, palestras, aulas, dissertações e teses, conferências e todas as atividades da USP. ***Com isso está sendo criado um acervo com mais de nove mil títulos. É um conteúdo significativo, especialmente para o porte da USP, com acesso aberto ao conhecimento.***

Um segundo exemplo é o e-aulas USP, um sistema que estimula os professores a inserirem aulas *on-line* para que os alunos e a comunidade interessada possam consumir as aulas dadas pelos professores. Em paralelo a este projeto, foram criados 20 núcleos de produção de conteúdo digital espalhados pelos *campi* da USP com equipe técnica que ajuda os professores a criarem esses conteúdos. ***Este portal tem mais de 600 aulas. O terceiro exemplo é o dados.br, com acervo de conteúdos brasileiros e integração de vários conteúdos através de metadados.***



No final, a oradora salientou que infelizmente o professor tem receio de disponibilizar seu conteúdo na Internet, com medo de que seu valor diminua. É preciso mudar essa cultura. Em segundo lugar, é a propriedade intelectual que está muito mal resolvida. Em terceiro lugar, é considerar esses conteúdos como conteúdo acadêmico. Isso atualmente é visto como um videozinho, mas ele tem valor inestimável para o acervo da universidade. Em último lugar, tratou do direito ao acesso de banda larga.

SETOR ACADÊMICO – APRESENTAÇÃO DE GUIDO LEMOS

Guido Lemos, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), iniciou sua fala declarando que será complementar à de Regina e apontando que a produção de conteúdo precisa ser competitiva e autônoma. As organizações virtuais trazem o conceito de human computers e oferece apoio para pessoas espalhadas no mundo inteiro. Um exemplo é o YouTube, onde milhões de pessoas são geradores de conteúdos. Meia hora de vídeo necessita mais de 30 mil reais de investimento. A cada segundo entram 24 horas de vídeo no YouTube, sem gasto para a produção, apenas gasto para manter o acervo. A estratégia é como articular pessoas para produzir conteúdo. Várias estruturas estão com este modelo, a própria Google possui esse sistema. Campeonatos e torneios são boas estratégias para a produção de milhares de *softwares*. Mobilizam-se milhares de pessoas para trabalharem sem nenhum tipo de remuneração. A tecnologia é organizar essas pessoas e o conteúdo para produzir *softwares* de negócios milionários. No fundo, a estratégia é organizar a estrutura de pessoas assalariadas ou não.

É preciso pensar em estruturar, para jornalistas construírem jornais, produzirem *softwares*, vídeos, para que no futuro as plataformas e ambientes de desenvolvimento na Internet sejam incorporados em outros ambientes, como nos telefones, nas televisões e provavelmente no cinema. Para o futuro dá tempo de pensar e realizar alguma coisa para o Brasil. O processo de digitalização do cinema brasileiro ocorreu em etapas, primeiro se montou infraestrutura e em três anos o analógico será uma alternativa. Há iniciativa privada para atender os cinemas, inclusive há a desoneração de equipamento, mas implementaram estratégias de distribuição nos modelos e regras do cinema americano, e isso faz com que espaços sejam perdidos.



Por isso, a Internet é um espaço onde se pode agregar pessoas para a produção cultural. Este é o modelo, com projetos de grande porte que agreguem pessoas, financiem pesquisas para projetos estruturantes e com pessoal qualificado. Produzir plataformas estruturantes para que o trabalho dos outros seja usado em seu próprio trabalho.

SETOR EMPRESARIAL – APRESENTAÇÃO DE MÁRCIO GIRÃO

Márcio Girão, presidente da Federação Nacional de Informática (FENAINFO), iniciou sua apresentação parabenizando Nelson Pretto, sendo o Estado um catalisador para funcionamento da sociedade. Catalisar no sentido de fomentar e unir. O pessoal da FENAINFO tem interesse em discutir no Ministério das Comunicações uma plataforma, alinhar um *software* para dar maior utilidade à banda larga, seja ele no âmbito federal ou municipal. O orador constatou que isso não tem ocorrido, pois o governo prefere discutir com empresas que representam grandes conglomerados, quase uma plutocracia.

O orador deu o exemplo de seu professor, o melhor calculista de pontes do Brasil na Escola Politécnica de Engenharia Civil da Universidade de São Paulo (POLI/USP). No entanto, foi o pior professor que ele teve na vida. Portanto, a qualificação de uma pessoa não a transforma em boa pessoa para trabalhar. De vez em quando o governo confunde essas qualidades e realiza contratações com editais que focam no conteúdo. No Brasil existe uma estrutura editorial estabelecida que deve ser respeitada e chamada para a discussão desse problema. Para produzir *games*, o marco regulatório deve ser revisto. O direito autoral demora 70 anos e 85% dos livros não estão em catálogos. Deve haver uma lei em relação a isso. Em relação ao secretário Delfino, o portal do *software* público está restrito ao modelo de negócios de *software* e nos processos licitatórios estão aliados a este processo. O desejo é concorrer, não ser discriminado. *Software* livre é importantíssimo, mas há outros modelos aos quais eles estão



mais bem encaixados, como é o caso da Espanha. E pergunta-se, por que a Caixa Econômica acaba de gastar 100 milhões em produtos da Microsoft, produto estrangeiro.

SETOR EMPRESARIAL – APRESENTAÇÃO DE GERSON SCHMITT

A palavra foi dada a Gerson Schmitt, presidente da ABES. Ele inicia sua exposição fazendo uma reflexão sobre a produção de plataformas com tecnologia nacional para produção de conteúdos digitais. **Antes da discussão sobre conteúdo digital, é preciso alinhar todos os envolvidos com a foto do atual mercado para tentar criar uma projeção do que o Brasil possa ser amanhã.** A entidade que Gerson representa possui mais de 1.400 empresas, das quais mais de 80% delas da área de entretenimento, que gostariam de ter um espaço maior e melhor para produzir tecnologia.

O setor das TIC é maior que o setor automobilístico e permeia a vida de todos os indivíduos, sendo o Brasil o sétimo país no mundo com mercado de *hardware*, serviço e *software* com participação de mercado de 1,7 trilhão de dólares. Na América Latina representa mais da metade do mercado e influencia todo o continente. Em termos de distribuição, a maior parcela é de *hardware*, dominando o mercado, sendo *software* a parte mais importante, tendo a menor parcela do mercado. Neste setor de *software*, são 21 bilhões de dólares, sendo 71% contratados para serviços e apenas 7% de *software* nacional.

Por outro lado, o mercado de *software* brasileiro é atraente ao mercado global. Crescimento de 20% ao ano, sendo alvo de qualquer empresa que queira ganhar mercado. O problema é que há um déficit de mão de obra e produção nacional. Várias empresas estão sendo compradas, bem como conteúdo nacional por empresas estrangeiras. O mercado não vai parar, pois comprador precisa resolver o problema e vai escolher o *software* disponível.



Gerson aponta que **94% das empresas brasileiras são micro e pequenas empresas. Elas são frágeis para expandir economicamente e de cadeia de valor nem no Brasil, quanto mais no exterior, pois apenas 1% representa grandes empresas.** Isso resulta na balança comercial negativa, pois são importados cerca de 5 bilhões de dólares e exportados apenas 2 bilhões de dólares de *software*.

O discurso do *software* livre tem 3,67%, sendo 66% de participação do governo. Foram 12 anos de esforço governamental, onde a vida média das empresas é de 8 meses, onde 34% de produtividade menor em comparação com as empresas de tecnologia proprietária. Há dificuldade na produção de serviços. Gerson compara com a produção na cadeia automobilística.

Há a problemática da inovação, pois o Brasil ainda é o décimo sexto no *ranking* global. O que fazer quando as *commodities* acabarem? O Brasil precisa de uma estratégia para essa área específica.

A quarta era, a da inovação, precisa proteger a inovação e a propriedade intelectual, correndo o risco do Brasil não chegar a lugar algum. **Trinta anos atrás, 80% das empresas de maior valor nos Estados Unidos eram de produtos tangíveis. Atualmente essas empresas são de *software*, tecnologia, indústria de entretenimento, ou seja, o valor está caminhando para outra direção.**

As sugestões de Gerson para as problemáticas são:

- **Segurança jurídica**
- **Fomento**
- **Coordenação de políticas públicas na área**



SETOR GOVERNAMENTAL – APRESENTAÇÃO DE MIRIAM CHAVES

O Setor Governamental foi representado por Miriam Chaves do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e por José Murilo do Ministério da Cultura.

Miriam Chaves agradeceu o convite e a oportunidade, e pensava que a trilha tratava sobre a ampliação na quantidade de conteúdos nacionais e regionais na Internet, discutindo as iniciativas governamentais que teriam impacto na sociedade e algumas são demandas da própria sociedade, como é o caso do *software* livre, uma experiência bem-sucedida com mais de 130 mil usuários e 59 soluções, 11 delas direcionadas a municípios.

O próximo passo de desenvolvimento será focado na Lei de Acesso à Informação, dividida em transparência ativa e transparência passiva. Na primeira, os esforços estão na linha dos dados abertos, com a disponibilização da maior quantidade de informações, sem nenhuma motivação da sociedade para esta disponibilização. A coordenação deste movimento está nas mãos do MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Casa Civil e CGU (Controladoria Geral da União), e o principal objetivo é disponibilizar esses dados em formato aberto, para que seja permitido o nível máximo de comunicação máquina-máquina.

O Portal da Transparência é mais um exemplo de iniciativa, focado na disponibilização de informações orçamentárias, convênios e, recentemente, a remuneração dos funcionários públicos. O próximo passo é disponibilizar todo esse conteúdo em formato aberto, bem como das informações dos sistemas estruturantes de governo, como o SICONV (Portal dos Convênios). O Portal Dados.Gov.br (Portal Brasileiro de Dados Abertos) tem como objetivo ser a referência em indexação e abertura de dados governamentais, com mais de 20 aplicativos construídos com os dados disponibilizados. Um exemplo é o aplicativo com as informações do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Com apenas um dia de informação no ar, já haviam construído o aplicativo referente aos dados do PAC.



Destacou as organizações da sociedade civil, em especial as ONGs (Organizações Não Governamentais), como é o caso do Contas Abertas, que utilizam as informações publicadas pelos portais e que são úteis para ampliar o controle dos gastos e dos erros de custos. Recentemente foi feito um decreto por ocasião da RIO+20 , sobre as compras sustentáveis e um aplicativo para verificar o controle sobre esse tipo de gasto. Há também a necessidade de disponibilizar informações da área estatística do governo, casos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que oferecem informações estatísticas para a população.

A área acadêmica também precisa abrir seus dados, como é o caso do Currículo Lattes. Neste momento, a Plataforma Lattes e outras informações acadêmicas, como dissertações e teses, não estão em formato aberto, apenas para consulta *web*.

Para fomentar as demandas e as necessidades, Miram sugeriu os editais do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), a abertura temática do Prêmio da Administração Pública e o próprio CGI (Comitê Gestor da Internet), que poderiam juntar as demandas e as necessidades, fazendo uma matriz de demandas e interesses da sociedade para a construção de soluções, dados e conteúdo para a Internet.

SETOR GOVERNAMENTAL – APRESENTAÇÃO DE JOSÉ MURILO

José Murilo, coordenador da Cultura Digital do Ministério da Cultura (Minc), iniciou sua fala tratando das iniciativas do Ministério. As principais iniciativas do Minc foram focadas no diagnóstico do setor do ambiente digital na área da Cultura, como o Fórum da Cultura Digital Brasileira e o Simpósio Internacional das Políticas Públicas de Acervos Digitais, para a construção de políticas públicas dos acervos da cultura. Entre esses acervos estão a Biblioteca Nacional e a FUNAF.



Contudo, Murilo apontou a problemática da fragmentação de todos os projetos e iniciativas, parte em texto, parte em imagem. Uma possível estratégia para superar esse problema poderia ser a integração dos acervos, o compartilhamento dos recursos e o uso do *software* público. Não há como atacar esses temas em apenas uma dimensão, seja ela institucional, da lei, dos direitos autorais ou do aspecto tecnológico.

Atualmente há uma série de instâncias de articulação no âmbito de governo pensando nas possibilidades de integração governamental. Este é o caso do Grupo de Trabalho de Acervo e Pesquisa, que realiza um diagnóstico de integração de dados e a cooperação técnica entre o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Instituto Brasileiro de Museus com o Programa de Integração de Memória Social, para criar consenso na catalogação dos arquivos de museus nacionalmente. Murilo também apontou as iniciativas da Biblioteca Brasileira, da Universidade de São Paulo (USP) e os arquivos estaduais, com a discussão dos metadados e organização de informação em nível de *software* e o Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pelo Minc sobre conteúdos digitais criativos.

Na dimensão tecnológica, a Plataforma de Vídeo Digital, desenvolvida no âmbito da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), em parceria com a ABBC (Agência Brasileira de Comunicações), a Cinemateca Brasileira, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT). José Murilo destacou que a solução para uma dessas dimensões é o encaminhamento da nova proposta de Lei de Direito Autoral, a qual se prevê o registro unificado de obras intelectuais, com o acompanhamento de uma licença pública no momento do ato do registro. Ou seja, reunir os dados em metadados sobre toda a criação intelectual brasileira feita a partir de agora e pensada junto da digitalização do acervo brasileiro.

O II Fórum da Internet no Brasil também é um momento ao qual possam ser apontadas parcerias futuras. No âmbito deste contexto temos três dimensões de ações necessárias:

1. Criação de um comitê de articulação e governança para integração de plataformas e tecnologia.



2. Dimensão tecnológica, protocolos, Aplicativos, Webservers, dados abertos linkados, metadados e programas estruturantes de *hardware* e *software* robustos, focados para grandes plataformas e conteúdo dos acervos.
3. Programa de formação gestora e técnica, nos diferentes níveis, para sustentar um programa desse tamanho.

José Murilo enfatizou a importância da discussão aberta da proposta da Lei Autoral. Houve traumas durante o encaminhamento do debate, mas é preciso superar esse momento de impasse sobre o marco regulatório e qual a resposta institucional e tecnológica. O registro unificado para setores específicos seria uma possibilidade institucional interessante que rebateria os anéis institucionais e tecnológicos. Outro aspecto foi o arranjo de governança dessa plataforma de dados. Uma vez reunida, a proposta é de disponibilizar em formato aberto, como a Miriam exemplificou para a administração e planejamento, para gerar aplicações e serviços a fim de que a sociedade possa fazer uso dessa base de dados. Murilo aponta o modelo *multistakeholder* como uma possibilidade para esse arranjo de governança. O Estado não pode ser proprietário dessa base, sendo a arquitetura de governança da base de dados vista pelo orador como positiva, especialmente com a criação de um Instituto Brasileiro de Direito Autoral ou de Direito à Propriedade Intelectual.

TERCEIRO SETOR – APRESENTAÇÃO DE NELSON PRETTO

Nelson Pretto, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi o orador seguinte, e discursou para o Terceiro Setor, fazendo a provocação para essa mesa e outras, sendo a resposta única e direta à pergunta proposta pela mesa: Como Estimular Conteúdos e Plataformas Nacionais na Rede Mundial? **Fortalecimento da capacidade e potencialidade criativa de produção do cidadão. O meio são as políticas públicas.** Segundo Nelson, essa trilha recupera a perspectiva esquizofrênica. Cada área ministerial acha que possui a solução para a banda larga, universidades, conteúdo e pesquisa. **Imagina-se que há duas camadas importantes de políticas públicas:**



a) **Infraestrutura**

b) **Articulação do Marco Legal**

O destaque para a infraestrutura está no Plano Nacional de Banda Larga². Não existe possibilidade de fortalecer a cidadania se não tivermos banda larga para todos e com qualidade. **Do ponto de vista do Marco Legal**, deve-se pensar na Lei de Direito Autoral, na Lei da Cultura, das políticas de *software* livre, das políticas de Marco Legal e simplificação de apoio na produção de conhecimento, educação, ciência e tecnologia, repositórios institucionais nas universidades públicas.

É inadmissível produzir conhecimentos nas universidades públicas que não estejam abertos a toda a população. Fortalecer a neutralidade da rede. Precisamos de políticas que garantam o acesso à informação como meio de acesso e consumo de conteúdo informativo e cultural, essencialmente políticas públicas que vejam as escolas, ponto de cultura, ciência e tecnologia que façam parte de um projeto integrado pedagógico de produção de cultura permanente.

Por isso, ideias como pontos ou garagens digitais podem ser fundamentais em uma perspectiva de não se pensar que conhecimentos vão ser produzidos por mestres e intelectuais nas universidades, mas como escola *broadcasting*, produzidos por outros atores. **No governo Lula mostrou-se que é possível fortalecer a produção de conhecimento de forma baixo para cima, de forma descentralizada.** Temos a criação da rede nacional de pesquisas, considerando a Internet como mais um dos direitos humanos. **O fórum da Internet no Brasil possa efetivamente apontar a possibilidade de criar políticas públicas integradas e integradoras no país.** Precisamos de menos pirotecnia nas políticas públicas e mais fortalecimento da capacidade de criatividade do cidadão.

² Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/brasilconectado/pnbl/>>.



Pretto defendeu a ideia de rede como forma de distribuição. Há necessidade de qualificar o conceito de rede, acreditando que redes são os meios de comunicação em massa, que produzem conteúdo de forma centralizada no eixo Rio-São Paulo, do Sudeste para o Brasil e das capitais para o interior. É **necessário um empoderamento da capacidade produtiva brasileira a partir de financiamento e de alocação de infraestrutura com o devido cuidado com a palavra sustentabilidade**. Telecentro que tem de cuidar de sua sustentabilidade passa de telecentro para uma microempresa.

Nelson indicou ser fundamental que as políticas públicas garantam a produtividade do financiamento e da estrutura. A banda larga é um problema e será oferecida apenas por meio das operadoras de telefonia, portanto é necessário um plano público para garantir esse fornecimento. Por último, pensa que é fundamental resgatar o valor pleno da palavra diálogo. No final, confunde-se em paciência de ouvir. Este é um processo que atravança o avanço das políticas públicas neste país. **Com isso pode-se pensar em uma rica produção de tal forma que o Estado deixe de ser o executor e passe a ser o catalisador da capacidade criativa de nossa população**.

PRINCIPAIS TEMAS APONTADOS PELOS ORADORES DA TRILHA 4

Foram identificados oito temas principais apontados pelos oradores da Trilha 4:

- a) Lei de Acesso à Informação Pública***
- b) Compartilhamento dos Recursos e integração de Dados***
- c) Proposta da Lei Autoral***



d) Conteúdos Digitais

e) Políticas Públicas

f) Mercado das TIC/Formação de pessoal

g) Transformação de Metodologias de Ensino

h) Fortalecimento da Capacidade e Oportunidade da Criatividade do Cidadão

A) Lei de Acesso à Informação Pública

- **Quem citou esse tema?**

Setor Governamental.

- **Posicionamentos**

- Propostas de Implementação da Lei de Acesso:

- Iniciativas do governo para ampliar a transparência e a disponibilização de conteúdos e dados em plataformas de acesso à informação.

- Controle da execução da Lei.



- Disponibilizar as informações do governo para construir uma matriz de soluções e propostas para a utilização de dados e conteúdos para a Internet

➤ **Principais consensos**

Não foi possível identificar um consenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.

Principais dissensos

Não foi possível identificar um dissenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.

B) Compartilhamento dos recursos e integração de dados

- **Quem citou esse tema?**

Setor Governamental.

- **Posicionamentos**

- Propostas:

- Promover a digitalização dos acervos e integração das diversas iniciativas de disponibilização de obras culturais reunindo todas as produções brasileiras.



- Desenvolvimento de programas estruturantes para a criação de *hardware* e *software*.
- Integração de plataformas e padrões de metadados.
- Composição de equipes técnicas para dar sustentabilidade aos programas.

➤ ***Principais consensos***

Não foi possível identificar um consenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.

Principais dissensos

Não foi possível identificar um dissenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.

C) Proposta da Lei Autoral

- ***Quem citou esse tema?***

Setor Governamental e Setor Empresarial.

- ***Posicionamentos***

Setor Governamental propôs que:



- Seja promovida a governança no âmbito da cultura para que as aplicações de serviços estejam abertas para o acesso aos conteúdos culturais.

- Seja desenvolvida mais a questão das licenças específicas de uso (por exemplo, audiovisual, teatro) e um modelo de governança para a base de dados.

- **Setor Empresarial:** apontou que não se deve confundir gratuidade e condição de acesso, senão a cadeia produtiva da indústria será fragilizada.

➤ ***Principais consensos***

Não foi possível identificar um consenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.

Principais dissensos

Não foi possível identificar um dissenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.



D) Conteúdos Digitais

- **Quem citou esse tema?**

Setor Empresarial e Setor Acadêmico.

- **Posicionamentos**

- **Setor Empresarial:** questionou sobre quais conteúdos serão disponibilizados nas escolas.
- **Setor Acadêmico** apresentou as seguintes propostas:

- É necessário ter bons conteúdos que estimulem os alunos a acessarem a rede e acervos.

- Criar uma instituição que estruture e armazene de forma integrada a produção de informações consistentes, além da disponibilização de aulas, palestras, debates, monografias e teses para melhorar o ensino.

- Criar núcleos de estúdios digitais para proporcionar a integração de portais da Internet.

- **Principais consensos**

Não foi possível identificar um consenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.

- **Principais dissensos**

Não foi possível identificar um dissenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.



E) Políticas Públicas

- **Quem citou esse tema?**

Setor Empresarial, Setor Acadêmico e Terceiro Setor.

- **Posicionamentos**

Setor Empresarial apresentou as seguintes propostas de políticas públicas:

- Investir em políticas de preservação da história.
- As políticas de financiamento são condições necessárias e devem ser feitas a partir de demandas, projetos de Estado, mapeamento, incentivos fiscais, fomento à tecnologia e produtividade.

Setor Acadêmico: apontou que é necessário ter apoio institucional e investimentos para produzir roteiros e salas de produção.

Terceiro Setor mostrou na Trilha 4 que as políticas públicas devem adotar os seguintes posicionamentos:

- Formar políticas públicas integradas nas áreas de educação, cultura e um projeto pedagógico integrado.
- O Estado deve deixar de ser o executor e passar a ser o catalisador da capacidade criativa da população.
- É fundamental que as políticas públicas garantam a produtividade, financiamento e infraestrutura.
- Investir na política de incentivo à banda larga.



➤ **Principais consensos**

Não foi possível identificar um consenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.

Principais dissensos

Não foi possível identificar um dissenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.

F) Mercado das TIC/Formação de pessoal

- **Quem citou esse tema?**

Setor Empresarial e Setor Acadêmico.

- **Posicionamentos**

Setor Empresarial retratou que:

- O mercado das TIC está crescendo e seremos alvo de qualquer empresa estrangeira. Estamos desnacionalizando o mercado, pois não há mão de obra especializada que acompanhe esse crescimento.
- Nossa indústria de *software* é fraca, ao contrário da de serviços.



- Propostas para fortalecer o setor de TI brasileiro:

1. Promover a segurança jurídica
2. Fomento
3. Definir o papel do governo
4. Coordenação de políticas e estabelecimento de diretrizes

Setor Acadêmico: declarou que muitas pessoas disponibilizam trabalhos via YouTube ou participam da criação de *softwares* gratuitos concorrendo a um prêmio. Essas iniciativas são aproveitadas por empresas que recebem milhões através da organização de trabalhos como esses que são feitos gratuitamente.

Principais consensos

Não foi possível identificar um consenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.

Principais dissensos

Não foi possível identificar um dissenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.



G) Transformação de metodologias de ensino

- **Quem citou esse tema?**

Setor Acadêmico.

- **Posicionamentos**

Setor Acadêmico apresentou os seguintes questionamentos:

- Os métodos educacionais mudaram muito pouco nos últimos 100 anos e hoje o perfil do aluno é muito diferente.
- A Internet traz grandes possibilidades de mudança no ensino. Um exemplo de proposta é que os alunos assistam a vídeos em casa e na sala de aula se preocupem com discussões e exercícios.

- **Principais consensos**

Não foi possível identificar um consenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.

Principais dissensos

Não foi possível identificar um dissenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.



H) Fortalecimento da capacidade e oportunidade da criatividade do cidadão

- **Quem citou esse tema?**

Terceiro Setor.

- **Posicionamentos**

Terceiro Setor apresentou os seguintes posicionamentos:

- Necessidade de políticas públicas de Estado e não de governo.
- Não tem como fortalecer a cidadania sem banda larga.
- As produções acadêmicas têm que ser disponibilizadas a toda a população.
- Produzir conhecimento de baixo para cima. Não pensar que a produção científica é criada apenas por mestres ou acadêmicos.

- **Principais consensos**

Não foi possível identificar um consenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.

Principais dissensos

Não foi possível identificar um dissenso sobre o tema a partir da exposição dos oradores da Trilha 4.



3. EXPOSIÇÃO DOS PARTICIPANTES

A exposição realizada pelos participantes do II Fórum da Internet foi dividida por temas.

Os temas do Grupo I tratam dos assuntos discutidos primeiramente pelos oradores e que estão diretamente ligados ao tema da Trilha 4. O Grupo II trata de assuntos propostos pelos participantes que não foram citados pelos oradores da trilha, mas que têm relação com o tema da trilha.

Abaixo são resumidas as principais manifestações na sessão da Trilha 4:

- **Delfino, da SLTI/MPOG:** Comentou que o que mais chamou a atenção das apresentações dos oradores está ligado ao poder de compra dos estados brasileiros. Isso está fortemente ligado ao Ministério do Planejamento, em especial à secretaria em que atua. Portanto não se trata de conteúdo nacional, do produto nacional, mas também do Estado como indutor de políticas públicas através do seu poder de compra. Com isso, a fala de um dos oradores destaca que o mercado de *software* livre no Brasil é muito baseado no governamental, mas há uma indústria consolidada em *games*, *softwares* embarcados. E não há no governo uma consolidação de uso de *software* livre pelo governo, seria interessante, mas na prática não é assim. O portal do *software* público não é um confronto, com mais de 130 mil usuários cadastrados e 59 soluções publicadas. Não há nenhuma exclusividade e registro no INPI, com reconhecimento de direito autoral, voltado para o re-uso, sendo a gestão do conhecimento baseada em código aberto. A política de compra brasileira se manifesta em valorização do conteúdo digital e nacional. A última edição do decreto amplia a margem, incentivando o conteúdo nacional. A Miriam mencionou o decreto das compras sustentáveis, manifestação do poder de compra de indução de práticas na indústria. Privilégio para micro e pequenas empresas se traduz em



fomento à prática da implementação de conteúdo nacional. O que se busca é o direito de escolha, nunca o de hegemonia. Em especial os pequenos municípios é a opção de re-uso e de aplicação de dinheiro público em cima de soluções já criadas, podendo ser reutilizadas centenas de vezes em todos os municípios mais de uma vez, já que a solução já foi criada sem ter que serem pagas licenças por nenhuma delas.

- **James Gorgen, do Ministério das Comunicações:** Parabenizou a mesa, pois foi muito complementar. Ele tenta complementar o discurso para acrescentar que a ficha do governo está caindo sobre essas problemáticas e dez ministérios estão se reunindo para tratar das temáticas que o Murilo mencionou e existe a necessidade de discussão com a sociedade, com os empresários e grupos de produção de conteúdo colaborativo e informal, em como tocar esta problemática. Capacitação, pesquisa e inovação, agenda regulatória, atualização dos marcos legais, fomentos e sustentabilidade de formação de recursos humanos, um amplo leque colocado à mesa e subindo para o nível ministerial. Desde 2009/2010, no Ministério da Cultura, na origem do PNBL, existia junto ao comitê gestor de programas de inclusão digital o grupo de conteúdos e aplicações. Este grupo foi a semente de outro grupo, interministerial, necessitando a colaboração de outros ministérios, visando a revisão do ponto de vista regulatório, do marco civil da Internet e dos mecanismos de fomentos. Não há como fomentar apenas o jogo sem fomentar a equipe. No Brasil se incentivam projetos. O projeto acaba, a empresa se desmonta e novamente há o esforço de se estabelecer uma equipe, uma empresa. Há também o poder de compra pública, em que o governo está fazendo esforços na música, nos jogos, em simuladores. O investimento que se faz em capacitar uma pessoa que trabalha com jogos também impacta pessoas que fazem as animações e desenham esses jogos. O designer que trabalha com jogos ocupa também uma área que trabalha com simuladores. O cinema mundial no período pós-guerra e II Guerra Mundial teve 70% de seu faturamento vindo do departamento de defesa norte-americano. Não há produção de conteúdo digital sustentável vindo somente da arte. É preciso trabalhar outros mercados para que essa indústria se estabeleça permanentemente. O exemplo de Pernambuco nas olimpíadas dos jogos eletrônicos, onde as crianças têm gosto de aprender, mantém as crianças na escola e fomenta a indústria dos jogos. Ele conclui defendendo que a mistura de fomento à área, produção de aplicativos



educativos, jogos e defesa, com os simuladores de estratégia e guerra, podem ser uma das soluções para essa área, destacando a importância do CGI nesse trabalho.

- **Marcos Urupá, da Intervozes:** Destacou a intervenção do professor Nelson, que foi fundamental para o entendimento de estimular novas plataformas digitais. Portanto é importante destacar ações para esta área. A primeira delas é o fortalecimento de uma política pública de polos regionais, pois não adianta pensar em plataformas digitais e estimular a criatividade do cidadão se os jovens não são aproveitados, assim como é o caso de Belém e de Santarém. Ele defende que antes da compra de *software* é necessário causar estímulo a esses jovens, frutos das políticas digitais de polos regionais. Um exemplo é o RadioTube, onde várias rádios integradas inserem seus conteúdos e esta plataforma serve como base de troca. Mas aí existe a problemática do ponto de acesso da banda larga, pois no Norte existe o acesso a 50 Kbps, o que dificulta o consumo e a produção de conteúdos digitais com uma velocidade de banda larga. Por último, a infraestrutura colocar a responsabilidade para as empresas de telefonia é problemática, pois ela representa uma lógica de mercado, onde a Internet é colocada onde se coloca quem pode pagar mais pelo serviço. Por outro lado, há outros locais com espaços públicos de acesso e interação de Internet, telecentros sem qualidade de acesso.

- **Iza Helena, da Universidade Federal do Pará (UFPA):** Destacou que representa o setor acadêmico. A UFPA tem várias modalidades de educação a distância e tinha dois pontos para ressaltar. O primeiro é a produção e acesso. Quem vai produzir conteúdo necessita de professores para essa produção e esbarramos na questão do tempo e quem irá fazer esses vídeos. Produzir livros não é como produzir material para ensino a distância, que possui método especial. A segunda questão é a de financiamento. Atualmente são financiados pela



CAPES, mas apenas esse incentivo não é suficiente. Segundo a professora, não há como pensar que o professor vá criar algo totalmente novo. Além disso, existe a questão do acesso do aluno. A questão da banda larga deve ser discutida. Na região Norte esse acesso é precário. Ela disse ter conhecido o laboratório da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde só há um estúdio, ao contrário da USP.

- **Airton José Ruschel, representando o grupo de estudos de governo eletrônico da Universidade Federal de Santa Catarina:** Salientou que sua especialidade é o Poder Judiciário. Nesse momento de transparência, o Judiciário passa por um problema de abertura para outros órgãos públicos. Pensa-se que a justiça é morosa, mas isso acontece porque os órgãos não se comunicam, existem uma abertura burocratizada e valorizada em excesso. Atualmente há empresas particulares desenvolvendo *software* para o Judiciário. Em contrapartida, o CNJ, Conselho Nacional de Justiça, está produzindo um *software* livre para o sistema judiciário. Ambos são simplesmente protocolares, não se utilizam das novas tecnologias e ferramentas para o aprimoramento do processo eletrônico. Um exemplo disso dado pelo pesquisador foi o código de pagamento, onde a cópia impressa não é lida pelo computador. Há uma necessidade de melhoria desses programas para que possa ser aprimorada a prestação de serviços à comunidade. Além disso, o Judiciário necessita do acesso a informações da justiça, do Ministério Público e essas informações não se comunicam entre computadores. Atualmente o juiz tem que ler a legislação e ela ou está em papel ou em fontes heterogêneas, assim como as outras informações do processo. No estado de Santa Catarina, os acordos coletivos de 200 sindicatos estão em formatos heterogêneos e sem apoio da tecnologia para o Judiciário. Há um campo de trabalho para se desenvolver na *web* semântica, ontologia e metadados. Outra questão é a da revolução da universidade feita pelos alunos. Eles trazem de seu cotidiano as demandas e as habilidades com os novos aparatos eletrônicos, e espera-se dos professores a apropriação dessas tecnologias. Muitos trabalhos foram apontados como sendo remunerados por bolsas. Há uma situação em que alunos são explorados por professores e as universidades exploram os professores, apontando com isso a problemática do Direito Autoral nas universidades.



- **Márcio Girão, da Fenainfo:** Iniciou sua fala parabenizando Nelson Pretto, sendo o Estado um catalisador para funcionamento da sociedade. Catalisar no sentido de fomentar e unir. O pessoal da FENAINFO tem interesse em discutir no MEC uma plataforma, nas comunicações alinhar um *software* para dar maior utilidade à banda larga, seja ele no âmbito federal ou municipal. Márcio constata que isso não tem ocorrido, pois o governo prefere discutir com empresas que representam grandes conglomerados, quase uma plutocracia.

Deu o exemplo de seu professor, o melhor calculista de pontes do Brasil na Escola Politécnica de Engenharia Civil da Universidade de São Paulo (POLI/USP). No entanto, foi o pior professor que ele teve na vida. Portanto, a qualificação de uma pessoa não transforma uma pessoa boa para trabalhar. Às vezes o governo confunde essas qualidades e faz contratações com editais que focam no conteúdo. No Brasil existe uma estrutura editorial estabelecida que deve ser respeitada e chamada para a discussão desse problema. Para produzir *games*, o marco regulatório deve ser revisto. O direito autoral demora 70 anos e 85% dos livros não estão catalogados. Deve haver uma lei sobre isso. Em relação ao secretário Delfino, o portal do *software* público está restrito ao modelo de negócios de *software* e nos processos licitatórios estão alijados deste processo. O desejo é concorrer, não ser discriminado. *Software* livre é importantíssimo, mas há outros modelos aos quais eles estão mais bem encaixados, como é o caso da Espanha. E pergunta-se, por que a Caixa Econômica acaba de gastar 100 milhões em produtos da Microsoft, produto estrangeiro.

- **Carlos Alberto Coelho, professor em Recife da Secretaria de Educação:** Iniciou sua fala parabenizando a mesa, em especial a Regina. Sua questão é sobre a velocidade. A velocidade implica em vários problemas, com novos equipamentos, mais lixo tecnológico sendo gerado



e também não há manutenção. É preciso, como foi comentado, catalisar as políticas. Por fim, destaca as armadilhas que são encontradas em alguns *softwares*, em que não se encontram benefícios quando são utilizados.

- **Lilian Starobinas, representante do Projeto de Recursos Educacionais Abertos (REA):** Iniciou sua fala apontando que diversos setores da academia pensam formatos de conteúdo. Lilian comenta que sua formação é em História, mas utiliza academicamente as TIC, e o que se pensa é conteúdo, não pacotes. Ela aponta que é mais fácil produzir sobre o que outro já produziu que ter sistemas fechados de autorias. Sua opinião é que a educação tenha maior diálogo e interação, bem como a urgência dos avanços dos direitos autorais. Destacou que boa parte do que alunos e professores utilizam estão em *blogs* e alguns professores tiveram de retirar todo o conteúdo do ar, sendo necessário um espaço para publicar com grande capacidade para armazenamento.
- **Rodrigo Cruz, do Grupo de Estudos de Direitos Autorais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC):** Tratou da temática sobre autoria e destacou a contribuição do Minc e do professor Nelson Pretto. Contudo, o Brasil está galgando atingir a quinta posição na economia mundial, mas sobre universidades e educação é apenas um país de exportação de *commodities*. Falar de criatividade e inovação é do intangível, é educação. Portanto, é preciso investir nas crianças, valorizando a educação e a cultura, estimulando a criatividade, bem como o livre acesso acadêmico. Rodrigo acredita ser inadmissível produções acadêmicas financiadas pelo setor público não estarem *on-line* e abertas, pois atualmente elas protegem o autor.



- **André Pereira, da Fundação Oswaldo Cruz:** Compartilhou a experiência de fortalecimento da capacidade criativa da população marginalizada no Laboratório da FIOCRUZ. Ele reclama do sistema de avaliação da CAPES, que foca apenas na produção acadêmica indexada para produzir seu indicador de qualidade, portanto, a produção de vídeos não é incentivada. Na universidade os alunos são como fontes de artigos e não de inovação ou criatividade. Foi feita uma comparação por André Índia e China em matéria de inovação e a política atual é contrária à inovação.

- **Márcio Bandim, da Universidade Federal do Paraná (UFPR):** Apontou ser aluno da UFPR e alega que aprendeu em seu curso de graduação que não há informação inocente. Dá o exemplo de Carmem Miranda, do período da ditadura e o “ame-o ou deixe-o”. Ele dá exemplo da filha que precisou fazer o mestrado no exterior para ter determinadas informações e de amigos que não conseguiram acessar informações. Ele reclama da síndrome do papagaio, onde as pessoas repetem as palavras sem saber o que exatamente significam, alertando sobre a falta de mão de obra qualificada e que pensem.

- **Duda Nogueira, da Duda Library, blogueiro e da área acadêmica:** Iniciou sua fala salientando que seu objetivo é apresentar seu projeto, que será indexado e colocado off-line para escolas que não possuem Internet ou com Internet lenta. Na Irlanda há um programa com ideia parecida, onde existe um padrão de conexão entre os repositórios e fazem uma rede de redistribuição de recursos educacionais. Com isso poderá ser dada a informação com ou sem Internet.



- **Chizue Kawakami, do Instituto Harrop de Pesquisa de Mercado:** Apontou ter como foco de atuação a educação. Ela alega que a maioria dos *softwares* utilizados é estrangeira, então falta o *software* brasileiro. Na parte de conteúdo, não é apenas elaborar, mas apresentar esse conteúdo para o aluno, e algumas vezes o entendimento das crianças não é exatamente aquele que os professores desejam. Ela questiona como está sendo pensado o conteúdo, como é apresentado e se existem no Ministério da Educação cargos de tecnólogos da educação.

- **Artur de Leos, da Fábrica do Futuro, Terceiro Setor:** Destacou a fala de Regina Silveira, sobre plataformas digitais. Artur desenvolveu o projeto “Nós Mídia” (<http://www.nosmidia.com.br>). Uma delas é o mapeamento cultural, o segundo é o desenvolvimento dos e-books. Artur aponta que o professor é o principal instrumento para instigar o uso, e atualmente o jovem não é estimulado. Ele destaca algumas propostas: desenvolvimento de um programa para realização participativa para a educação pelos próprios cidadãos e auxílio à formação de microempreendedores. Artur propõe também que as universidades sejam espaços de produção, pois possuem câmeras, computadores e estúdios.

- **Fátima Faconti, da Universidade Federal do Pará (UFPA):** Discordou de André Pereira sobre a CAPES e a exigência de publicações. Ela aponta que a educação não prepara para o futuro. Questionou quantos professores delegam suas tarefas e quantas pessoas efetivamente podem mudar o futuro do Brasil. Destaca que os jovens usam Facebook e acham que entendem de Internet. Há de se investir na educação básica, pois se não preparar os jovens para serem criativos, eles irão copiar e colar erroneamente.



- **Jailson Lima, do projeto Casa Brasil:** Revelou acreditar que a cultura nacional do CNPq e da plataforma do Currículo Lattes não seja apropriada para agentes externos à universidade. Só pode produzir inovação quem é pesquisador. Jailson alegou que muito lixo tecnológico está sendo produzido e que poderia ser a solução da inclusão digital. Questiona como usar e aponta novas formas para superar a violência e pobreza no país.

- **Tatiane Pires, do Encontro de Blogueiros (RS):** Comentou sobre a democratização da informação. Em alguns casos, livros são publicados em formato pdf, que é fechado. Destaca o trabalho do Grupo Transparência Hacker, onde várias informações são registradas em formato aberto e todas as pessoas têm condição de acessá-las. Ela acredita que a Internet não é apenas para grandes portais que desinformam ou informam de maneira equivocada

- **Gerson Schmitt, da ABES:** Iniciou sua fala alertando que atualmente são necessários 115 mil profissionais na área de informática e não estão sendo formados profissionais para esta demanda, e se o Brasil continuar assim seremos sempre usuários de tecnologia e não produtores.

- **Marilia Millan, pequenas empresas e a RioSoft:** Convidou a todos para o Rio Will 2012, um evento que será realizado no Rio de Janeiro, patrocinado pelo CGI. Desde o Fórum em São Paulo da CGI, todas as questões levantadas na época estão novamente aqui. Conclui que não houve avanço. Destaca que é necessário dar continuidade ao trabalho.



- **Marcos Urupá, da Intervezes:** Comentou que a produção de plataformas como *software* é equivocada. É necessário estimular não somente as empresas, mas a criatividade do cidadão. Marcos acredita que exista uma cultura *hacker*, mas muitas vezes os garotos não tiveram formação e são carentes de estrutura, portanto é necessário dar estrutura e estímulo a esses *hackers*. No Brasil não há como produzir conteúdo e colocar em plataforma nacional, apenas na internacional. Aliado à cultura *hacker*, Urupá enfatizou a questão dos polos, que servem tanto para estimular a diversidade de conteúdos, como pontos de cultura e cidadãos de maneira geral.
- **Gutemberg Cavalcanti, professor do ensino fundamental da Prefeitura de Recife:** Contou que sua formação é em Matemática, mas há uma série de impedimentos que são colocados nas tecnologias de informação da educação, que é o piso nacional dos professores. Cavalcanti sugere que esses conteúdos passem por reformulação da ação didática, pois a própria escola não dá oportunidade aos estudantes. Segundo ele, seria importante esse fórum ser instrumento para propor soluções para os professores serem incluídos nas plataformas digitais, trazendo-os aos instrumentos de Internet para que possam fazer a diferença na sala de aula.
- **Paulo Nishi, da Fundação Banco do Brasil:** Apresentou alguns *slides* com imagens de educação, inclusão socioprodutiva e cultura digital. Ele defendeu que não devemos educar só para qualificar e se inserir no mercado de trabalho, mas para contribuir para o desenvolvimento local, pois muitas vezes esse mercado vai para cidades grandes. Ele apontou que a efervescência de movimentos sociais gera uma economia criativa no campo da música e a fundação tem como foco estratégico a tecnologia social e o desenvolvimento sustentável em um tripé: protagonismo social, economia solidária e o respeito cultural. Paulo mostrou alguns dados do Banco de Tecnologias Sociais da



Fundação Banco do Brasil. São mais de 3 mil educadores, 400 municípios atendidos e mil pontos digitais. Mostrou também a tecnologia social, sistema de placa, oriundo de um concurso chamado “Ensinar e Aprender Tecnologia Social”. O desafio do projeto é manter a infraestrutura revitalizada e garantir acesso à comunidade, estimulando o compartilhamento de conteúdo e informações e fazendo com que o sistema integrado de redes em rede se articule e mobilize pessoas e ideias.

- **Sérgio Bertoni, do Blogosfero:** Iniciou sua fala desejando ressaltar as palavras de Tatiane Pires, membro do encontro de blogueiros do Rio Grande do Sul e Marcos Urupá da Intervozes. Ele apontou ser necessário não só desenvolver, mas desenvolver conjuntamente, com os companheiros e as crianças. Na questão econômica, apontou que o paradigma é a concorrência e a economia solidária propõe uma alternativa e, claro, o capitalista vai contestar esse modelo. Sérgio defende que o desenvolvedor não apenas desenvolva código, mas que seja multidisciplinar. Ele reclama da censura de alguns órgãos governamentais, como o Superior Tribunal de Justiça, que tira do ar certos conteúdos que tratam de deputados e vereadores. Citou o caso de censura de conteúdo do *blog* do famoso jornalista Paulo Henrique Amorim. Defendeu a batalha pelo marco civil e desenvolvimento de plataformas que protejam os conteúdos dos *blogs*.
- **Arthur Willian, da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc):** Apontou que no Brasil há inúmeros projetos que não visam lucro, tudo baseado em *software* livre e rodando em servidor aberto, o radiotube. Apesar disso, Arthur acredita que as políticas públicas não estão integradas, pois há mil telecentros, inúmeros pontos de cultura, *blogs*, e elas não estão articuladas com as rádios comunitárias.



- **Jéssica Cavalcanti, bibliotecária de hospital em Pernambuco – IMIP:** Confessou estar preocupada com a questão da acessibilidade e poucas pessoas comentarem o assunto. Ela disse que ficou decepcionada ao lidar com alunos da pós-graduação que não sabiam procurar em base de dados. Alguns profissionais não sabem utilizar ferramentas simples de computadores, como os médicos. Ela sugeriu que fosse criada uma política de indexação adequada ao aluno de ensino médio ou universitário para acessar documentos e democratizar o acesso à informação no país.
- **José Murilo, do Ministério da Cultura (Minc):** Respondeu ao público sobre a questão levantada que envolve a digitalização. Ele salientou que na verdade isso é um grande desafio e que está sendo lidado com instituições centenárias e respeitadas as lógicas de funcionamento de cada uma e sendo construído um denominador comum para promover a integração. Murilo defende a criação de uma camada de metadados para que os não especialistas olhem o conteúdo e possam colocar uma *tag* para utilizar a inteligência coletiva para resolver esse problema. Também deve ser estabelecido um comitê de governança e articulação entre as visões específicas – o CGI tem vocação e espaço para proporcionar isso. Além dos metadados, José Murilo disse acreditar que é necessário desenvolver programas de *hardware* e *software*, deixando de ser projetos para se transformar em programas. Há uma conversa com o MDS e um projeto está sendo articulado. O Plano Nacional de Cultura tem uma série de metas que dizem respeito à discussão tida no fórum como a disponibilização na Internet de produção de cultura.
- **Márcio Girão, da Fenainfo:** Iniciou sua fala propondo que a digitalização fosse livre e quaisquer empresas possam utilizar seus acervos e se transforme em desenvolvimento de *software*. Ele contou que certa vez quiseram acessar o Sistema de Ensino a Distância do MEC e não foi



possível. Girão retoma a discussão da especialização e disse que o Brasil compete com o mundo. Relata que ninguém imaginou que um filme em preto e branco – O Artista -- faria tanto sucesso na era da informação.

- **Gabriel Fedel, do grupo Fora do Eixo:** Defendeu o estímulo de consolidar uma política pública de desenvolvimento de *software* no Brasil ,pois não há estímulo e faltam alternativas. Acredita-se que o software livre é ruim e não funciona. É preciso que haja união entre o Ministério da Cultura e outros ministérios para uma política pública clara em relação a isso. Se houvesse incentivo, certamente teriam criado tecnologias a partir das políticas públicas para utilização do *software* livre.

- **André Pereira, da Fundação Oswaldo Cruz:** Pediu maior mobilização política da Capes em ter apenas como avaliação de indicadores a produção de artigos. Isso porque esse indicador não estimula, ele inibe. Ele defende que o CGI leve esta proposta para a frente. Se um professor produzir plataformas nacionais para internacionalizar e produzir conteúdos para redes, contudo, a atual política de avaliação inibe que o conhecimento perpassa a universidade e construa *softwares*, apontou André.

- **Lilian Starobinas, da REA:** Apontou que a estrutura da trilha não está articulada e as pessoas acabam patinando na produção de resultados e repensando os encaminhamentos para os próximos fóruns. Ela propôs que fossem encaminhadas propostas conjuntas pelo maior número de pessoas e não individual.



- **Luiz Picolo, da W3 Cases Soluções Internativas:** Iniciou sua fala tratando a questão do conteúdo, em como incentivar conteúdos. Comentou que é professor de História e um grande desafio é a inclusão digital no ensino médio. Ele ressaltou que o Google é onde o aluno vai fazer pesquisa, mas Luiz comentou que ele é apenas 10% da Internet. Picolo aponta que há uma dificuldade também em conseguir conteúdo e transmitir para a Internet, para o aluno criar um vídeo no YouTube, pois quem iria conduzir esse processo? Questionou quais escolas possuem profissionais para essa finalidade.

- **Victor Hugo Rocha, Social Media Belém, pesquisador de economia administrativa:** Pontuou que a questão do método são principalmente os conteúdos. Hugo acredita que achar que o Google informa 10% e tende ao infinito às vezes é mais do que um livro informa, mas é preciso que os métodos estimulem os conteúdos. Ele acredita que o jovem precisa aprender a lidar e filtrar as informações, não ensinar o professor a apresentar o conteúdo, pois limitaria o poder de inovação do educador e o papel do professor é auxiliar o aprendizado. Portanto, Victor defende que o governo tenha comprometimento para o desenvolvimento desse tipo de modelo necessário para o desenvolvimento de *software* e disponibilidade de pesquisas.

- **Artur de Leos, da Fábrica do Futuro:** Iniciou sua apresentação endossando a fala de Lilian Starobinas, pois cada um trouxe o seu problema do ano passado e ele defende que seja feita uma agenda de metas e outra de metodologia. Artur acredita que não se pode sair só com uma lista de demandas, mas se unir e debater os problemas para desenvolver políticas.

- **Miriam Chaves, do SE-MP:** Pontuou que é preciso passar alguns pontos e depois discutir as melhoras metodológicas do fórum. Ela acredita que existam três grandes questões colocadas no fórum a respeito de *software* / *hardware* e conteúdos propriamente ditos. Em relação aos



repositórios, o governo federal tem se preocupado em construir estruturas e informações georreferenciadas para análise de políticas públicas. Outra política é a dos dados abertos, para estimular a publicação de dados pelos órgãos governamentais. Miriam pontuou que em relação ao *hardware* é necessário fazer uma política nacional, pois há vários países que fazem a replicação de conteúdos. Assim poderiam ser feitas aplicações mais leves oriundas de conteúdos mais pesados. Ela comentou que os estados e municípios também estão tendo iniciativas de múltipla articulação de atores e que há muita produção e pouco aproveitamento dessas iniciativas. Sobre a questão dos indicadores, acredita que é uma pobreza estimular a produção acadêmica e que novas ideias e processos de conhecimento têm que ser contemplados. Para as plataformas, Miriam pontuou que há necessidade de maior diálogo e ficou desesperada ao ler o último relatório, mas não se reflete isso nas discussões dos presentes.

- **Henrique Faulhaber, do Comitê Gestor da Internet (CGI):** Explicou que o mecanismo para avanço é a Câmara Construtiva com 16 membros, 4 para cada instância – Acadêmico, Empresa, Governamental e Terceiro Setor. Henrique acredita que os temas estão ligados e que espera levar o conteúdo da Câmara aos conteúdos da Internet. Ele citou o exemplo do MEC não fazer parte do Comitê Gestor da Internet e propôs que a Câmara funcione o quanto antes e que este evento seja uma extensão de sua formação. A Câmara de Consultoria é uma forma de estímulo à continuação do fórum e como alguma coisa que vá funcionar e não fique apenas no papel.

- **Márcio Girão, da Fenainfo:** Defendeu a criação de um fórum de Internet para que seja mais democratizado.



- **Thiago Skarnio, da Alquimidia.org:** Iniciou sua fala apontando que existe uma base de pessoas validadas e um cadastro de pessoas físicas. Sua proposta foi transformar o *site* do fórum em uma rede social e se use a plataforma para inserirem suas propostas, encaminhar e validar. Segundo Thiago, são duas alternativas: a primeira é transformar em rede social e a segunda é transformar em grupo dentro da digital brasileira.

- **Laura Tresca, da ONG Artigo 19:** Apontou que, na discussão sobre conteúdos, os usuários ficam perdidos e utilizam os mesmos conteúdos diante do universo enorme de informações. Ela acredita que se deve investir na educação para a produção de conteúdo, mas deve-se ficar atento também à diversidade e pluralidade do consumo disponibilizado na rede.

- **Paulo Nishi, da Fundação Banco do Brasil:** Reforçou sobre o ponto de vista da acessibilidade na inclusão socioproductiva. Ele acredita ser um problema sério e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 27% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, em grande parte auditiva e visual. Cerca de 95% dos *sites* não possuem acessibilidade mínima. Apontou que muitas das propostas são tecnologias, mas se não for acessível não adianta nada, pois acessibilidade é um ponto de honra.

- **Gutenberg Cavalcanti, Diretoria de Tecnologia da Prefeitura de Recife:** Abordou a questão da acessibilidade. Comentou que ainda ouve em capacitação de pessoas, pois elas acreditam que são capazes, mas o que tangencia não é a capacidade, mas sim a condição. Ele apontou estar contemplado com as palavras de Miriam Chaves, pois não há interatividade entre os participantes do fórum. Ele acredita que



há três professores, pois é período de férias. Citou que sua pesquisa de mestrado foi baseada nos dados da CGI.br, portanto há pessoas para divulgar e disponibilizar conteúdo e seis escolas levando recursos e informações de projetos baseados em conteúdo de cada local.

- **André Pereira Neto, da Fundação Oswaldo Cruz:** Iniciou sua fala destacando que eles lutaram muito para que houvesse aumento no orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) para a área de inovação e foi conseguido 10%. A briga de indicadores é uma briga política e por dinheiro. Se a lógica do artigo permanecer, não vai ter dinheiro. Ele escreveu um artigo que faz uma crítica ao sistema de avaliação acadêmica e já foi rejeitado em 5 revistas. Propôs usar esse artigo para divulgar em redes para conhecerem a problemática e deu seu e-mail: pereiraneto@hotmail.com.

- **Mércia Alves, representante da associação das pessoas com deficiência:** Reforçou o que Paulo Nishi apontou -- não há deficientes no fórum, apesar de 27,5% da população brasileira ter algum tipo de deficiência. Alves defendeu que a temática deveria ser incluída no relatório.

- **Jessica Cavalcanti, do IMIP:** Propôs unir os catálogos de todas as unidades comentadas durante o fórum e disponibilizar para as pessoas as informações, acessibilidade para que possam utilizar e adaptar, sem perder tempo de produzir aquilo que já foi produzido. Tem material por aí que vocês poderiam utilizar e adaptar. Além de propor aquela plataforma, por que não unir os catálogos de todas as unidades e disponibilizar para as pessoas as informações, acessibilidade, e não perder tempo de produzir aquilo que já foi produzido.



- **Fátima Faconti, da Universidade Federal do Pará (UFPA):** Apontou que é muito importante garantir um marco civil, pois se não for aprovado seria dar duzentos passos para trás.

O quadro abaixo identifica os temas que apareceram na Trilha 4:

GRUPO	TEMAS
I – Manifestações dos participantes sobre temas que foram citados pelos oradores da Trilha 4	A) Conteúdos Digitais B) Lei de Acesso à Informação Pública C) Políticas Públicas D) Compartilhamento dos recursos e integração de dados E) Mercado das TIC/Formação de pessoal F) Transformação de metodologias de ensino G) Fortalecimento da capacidade e oportunidade da criatividade do cidadão
II – Manifestações dos participantes sobre temas que não foram citados pelos oradores, mas possuem relação com a temática da Trilha 4	a) Judicialização e Censura b) e-Judiciário c) Repositório Nacional d) Instituições de Fomento e Pesquisa e) Acessibilidade Digital para Pessoas com Deficiência f) Metodologia do Fórum da Internet



TEMAS - GRUPO I

Em cada tema apontado no Grupo I, quando houver, serão apresentados:

- 1) Problemas apontados**
- 2) Propostas apresentadas**
- 3) Posicionamento**

A) Conteúdos Digitais

1) Problemas apontados

- Sistema econômico é muito fechado, sem criatividade, baseado na competição.
- Falta de diálogo com os cidadãos.

2) Propostas apresentadas

- Promover a multidisciplinaridade, cooperação e garantia de conteúdos dos blogueiros e usuários como foi feito no blogosfero.
- Produzir conteúdo em rede de maneira participativa.
- Instituição da Câmara de Consultoria sobre conteúdos do CGI.



- Criar um órgão arbitral para ser um instrumento jurídico que responda às questões de conteúdo da Internet na mesma velocidade da rede.

3) Posicionamentos

- Defesa da economia solidária.

B) Lei de Acesso à Informação Pública

1) Problemas apontados

- Há muita dificuldade de acessar informações pela falta de disponibilização de dados.
- Há dificuldade de acesso por falta de ferramentas de fácil manuseio e déficit na formação de pessoas que possam utilizar essas ferramentas.
- Déficit na disponibilização da produção de pesquisas, dados e informações de universidades públicas.
- Espaços de produção exigem infraestrutura de alto custo.

2) Propostas apresentadas

- Liberar e democratizar o acesso aos acervos.
- Criar uma ferramenta de fácil manuseio.



- Criar uma plataforma em que o conhecimento possa ser circulado livremente sem formato proprietário.
- Disponibilizar conteúdos e produções acadêmicas com auxílio do Minc.
- Promover a universidade como um espaço aberto de produção de conteúdo.

C) Políticas Públicas

1) Problemas apontados

- No Brasil não há estímulos para *software* livre e os existentes são de baixa qualidade.
- Falta de integração de políticas públicas.
- Jovens formados pelas políticas públicas de inclusão digital não são absorvidos.
- Velocidade baixa da Internet em regiões distantes dos grandes centros.
- Empresas não garantem a universalização do acesso à Internet.

2) Propostas apresentadas

- Desenvolver políticas públicas integradas e ter incentivo e fomento para a criação de tecnologias de *software*.
- Desenvolver projetos e não apenas programas de *hardware* e *software*.



- Estabelecer um comitê de governança e promover articulação entre as visões específicas. O CGI tem uma vocação e espaço para proporcionar isso.
- Integrar as políticas públicas.
- Estabelecer políticas públicas para estimular e absorver a criatividade dos jovens formados.
- Universalizar o acesso à Internet e formação de polos na inclusão digital.
- Criação de plataformas de *software* e desenvolvimento de redes com hospedagem de trabalhos.

D) Compartilhamento dos Recursos e Integração de Dados

1) Problemas apontados

- Falta de integração de plataformas e informações.

2) Propostas apresentadas

- Estabelecer padrões de metadados.



E) Mercado das TIC/Formação de Pessoal

1) Problemas apontados

- Falta de planejamento e investimento em treinamento de professores.
- É equivocado discutir plataformas apenas como *software*.
- O mercado é dominado por produtos estrangeiros e por *softwares* feitos por encomenda.
- Não é licitado *software* e sim serviços.
- Na área de pesquisa de mercado não há *software* brasileiro, somente estrangeiro.
- O Brasil não é produtor de tecnologia, mas sim usuário.

2) Propostas apresentadas

- Este fórum pode ser um instrumento para propor soluções para a inclusão digital dos professores para que eles possam fazer a diferença em sala de aula.
- É necessário discutir as plataformas como um espaço de utilização da sociedade, não somente para as empresas e, assim, estimular a criatividade do cidadão.
- Utilizar o poder de compra do Estado como maneira de induzir práticas na indústria.



- Estimular encomendas claras que estimulem a produção nacional.
- Incentivar a formação de novos profissionais para atender a demanda na área das TIC;.
- Promover auxílio a microempreendedores criativos.

3) Posicionamentos

- O produto brasileiro tem que ocupar o espaço para atender o mercado nas áreas que o Brasil tem mais chance e não naquelas completamente dominadas.
- Jovens têm muito potencial de desenvolver atividades econômicas na Internet.

F) Transformação de Metodologias de Ensino

1) Problemas apontados

- Necessidade de professores para produzir conteúdo.
- Financiamento de bolsas insuficiente.
- Tempo.
- Direitos Autorais.



- Acesso dos estudantes.
- Falta de conhecimento.
- Educação é formalista, não prepara o indivíduo para o futuro e sim para o passado.
- Acesso apenas aos grandes portais que desinformam, pois informam de maneira equivocada.
- Não há padrão / indexação para o acesso aos recursos educacionais.

2) Propostas apresentadas

- Investir e incentivar métodos pedagógicos digitais aos professores.
- Promover educação que potencializa a criatividade.
- Desenvolver um programa participativo para a educação pelos próprios cidadãos com envolvimento das universidades para que o conteúdo seja trabalhado pelas pessoas locais.
- Ensino de informática básica nas escolas.
- Incentivar o acesso a conteúdos independentes.
- Desenvolver metodologias pedagógicas para absorção dos conteúdos pelos alunos.



- Rede federalizada de distribuição de recurso educacional para acesso com e sem Internet.

3) Posicionamentos

- A economia criativa valoriza o indivíduo e promove a inclusão social.

G) Fortalecimento da Capacidade e Oportunidade da Criatividade do Cidadão

1) Problemas apontados

- A educação é restrita quando é utilizada apenas como instrumento de inserção no mercado de trabalho.

2) Propostas apresentadas

Não foram apresentadas propostas sobre o tema.

3) Posicionamentos

- Investir em infraestrutura e garantir acesso à comunidade.

- Estimular o compartilhamento de conteúdo e informações.

- Fazer com que o sistema integrado de redes em rede se articule e mobilize pessoas e ideias.



TEMAS – GRUPO II

Em cada tema apontado no Grupo II, quando houver, serão apresentados:

- 1) Problemas apontados**
- 2) Propostas apresentadas**
- 3) Posicionamentos**

A) Judicialização e Censura

1) Problemas apontados

- Há censura na Internet por meio de judicialização.

2) Propostas apresentadas

- Batalhar pelo marco civil da regulamentação da disposição de informações na Internet.



B) e-Judiciário

1) Problemas apontados

- Acesso a informações de outros órgãos e falta de comunicação entre judiciário e outros órgãos.
- Os *softwares* privados e públicos para o Processo Judicial Eletrônico são protocolares e não usam novas tecnologias.
- Legislação em papel e/ou outras formas heterogêneas;

2) Propostas apresentadas:

- Abertura do Judiciário com outros órgãos e vice-versa de forma eletrônica.
- Desenvolver *softwares* que usem novas tecnologias e digitalização da legislação de forma digital e em formato aberto.

C) Repositório Nacional

1) Problemas apontados

- Risco do conteúdo produzido e disponibilizado em plataformas mundiais serem tirados do ar.

2) Propostas apresentadas



- Criar repositórios que garantam a durabilidade e segurança do conteúdo criado na Internet.

D) Instituições de Fomento e Pesquisa

1) Problemas apontados

- CAPES estimula somente a produção de artigos e de periódicos e não incentiva a inovação.
- Plataforma Lattes/CNPq é apropriada somente para a educação formal e exclui a cultura e educação popular.

2) Propostas apresentadas

- Criar um indexador que valorize a inovação e outras formas de produção acadêmica.
- Plataforma Lattes/CNPq deve contemplar a cultura popular e a educação para inclusão social, além da inclusão digital da Internet.

E) Acessibilidade Digital para Pessoas com Deficiência

1) Problemas apontados

- Plataformas digitais não atendem às necessidades das pessoas com deficiência.
- Não há inclusão de deficientes nas discussões participativas da Internet, inclusive no próprio Fórum da Internet.



2) Propostas apresentadas

- Promover iniciativas específicas para inclusão digital de pessoas com deficiência.

F) Metodologia do Fórum da Internet

1) Problemas apontados

- Repetição das questões apresentadas no I Fórum da Internet, o que indica que as propostas anteriores não foram implementadas.
- Construção individual de propostas nesse Fórum.

2) Propostas apresentadas

- Formar grupos por segmento nas trilhas para construção coletiva do conteúdo e posteriormente permitir o compartilhamento e debate das discussões dos grupos nas trilhas.
- Criar uma plataforma para um Fórum da Internet Permanente.



4. ANEXOS

PARTICIPANTES DA TRILHA 4

	Nome	Instituição/Organização	Localidade
1	DELFINO	MPOG	BRASÍLIA
2	JAMES GORGEN	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	BRASÍLIA
3	MARCOS URUPÁ	INTERVOZES	BELÉM
4	IZA HELENA	UFPA	BELÉM
5	HENRIQUE FAULHABER	CGI.BR	RIO DE JANEIRO
6	AIRTON JOSÉ RUSCHEL	EGC- EGOV UFSC	FLORIANOPOLIS
7	MARCIO GIRÃO	FENAINFO	RIO DE JANEIRO
8	CARLOS A. COELHO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RECIFE	PERNAMBUCO
9	LILIAN STAROBINAS	REA-BR	SÃO PAULO
10	RODRIGO CRUZ	GEDAI - UFSC	FLORIANOPOLIS
11	ANDRE PEREIRA NETO	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	RIO DE JANEIRO
12	MÁRCIO BANDIM	UFPE	PERNAMBUCO
13	DUDA NOGUEIRA	DUDA LIBRARY	MINAS GERAIS
14	CHIZUE KAWAKAMI	INSTITUTO HARROP - PESQUISA DE MERCADO	PERNAMBUCO
15	AUGUSTO SCHWARTZ	MORADIA E CIDADANIA	MINAS GERAIS
16	ARTUR DE LEOS	FÁBRICA DO FUTURO	MINAS GERAIS
17	FACONTI	UFPA	BELÉM
18	JAILSON LIMA	PROJETO CASA BRASIL	BAHIA
19	TATIANE PIRES	ENCONTRO DE BLOGUEIROS DO RS	PORTO ALEGRE
20	GERSON SCHMITT	ABES	SÃO PAULO
21	MARILIA MILLAN	RIOSOFT	RIO DE JANEIRO
22	GUTEMBERG CAVALCANTI	DIRETORIA DE TECNOLOGIA PREF.DE RECIFE	PERNAMBUCO
23	PAULO NISHI	FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL	BRASILIA
24	VICTOR HUGO ROCHA	PONTESDE CRIATIVAS - SOCIAL MEDIA BELÉM	BELÉM



	Nome	Instituição/Organização	Localidade
25	SERGIO BERTONI	BLOGOSFERO	PARANA
26	ARTHUR WILLIAN	AMARC	RIO DE JANEIRO
27	JESSICA CAVALCANTI	IMIP	PERNAMBUCO
28	JOSÉ MURILO	MINISTÉRIO DA CULTURA	BRASILIA
29	GABRIEL FEDEL	FORA DO EIXO	SÃO PAULO
30	LUIZ PICOLO	W3CASE SOLUÇÕES INTERATIVAS	MATO GROSSO DO SUL
31	MIRIAM CHAVES	SE-MP	BRASILIA
32	THIAGO SKÁRNIO	ALQUIMÍDIA.ORG	SANTA CATARINA
33	LAURA TRESCA	ARTIGO 19	SÃO PAULO
34	MÉRCIA ALVES	ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	PERNAMBUCO